

Colégio  
M0001Sala  
0001Ordem  
0001

Maio/2023

**MPPB**  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA PARAÍBA

## V Concurso Público para o Provimento de Cargos Efetivos de Analista Ministerial – Assistência Social

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001Nº de Inscrição  
MODELONº do Caderno  
TIPO-001Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Ninguém pode fazer com que você se sinta inferior sem o seu consentimento.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**[Em torno dos sonhos]**

A palavra *sonho*, do latim **somnium**, significa muitas coisas diferentes, todas vivenciadas durante a vigília, e não durante o sono. Realizei o “sonho da minha vida”, “meu sonho de consumo” são expressões usadas cotidianamente pelas pessoas para dizer que pretendem ou conseguiram alcançar algo. Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a palavra usada para designar tudo aquilo a que se aspira?

O repertório publicitário contemporâneo não tem dúvida de que o sonho é a força motriz de nossos comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior. Num anúncio de cartão de crédito, a promessa milagrosa: “Realizamos todos os seus sonhos”. Em outro anúncio de cartão de crédito, uma foto enorme de um casal sorridente, velejando num mar caribenho em dia ensolarado, está sobre a frase “Aonde os seus sonhos o levarão?” Deduz-se do anúncio de que os sonhos são como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos, perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual a desejo que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os mais miseráveis podem experimentar no sonho noturno, mas que no sonho diurno é privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão de plástico.

No seu famoso discurso “I have a dream” (“eu tenho um sonho”), o reverendo Martin Luther King colocou no centro do debate político norte-americano a necessidade de justiça e integração racial. Num país construído por escravos africanos, seus descendentes eram obrigados a construir o “sonho americano”, mas proibido de fruí-lo. Prêmio Nobel da paz em 1964, o dr. King foi assassinado a tiros quatro anos depois. Morreu o reverendo lutador, mas não o sonho, que vicejou e progressivamente abriu espaço para a diminuição da desigualdade racial no país. Força poderosa a dos sonhos, que continua a requerer explicação.

(Adaptado de: RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite. A história e a ciência do sonho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19-20)

1. No primeiro parágrafo, o autor se mostra
  - (A) provocado pelo uso indiscriminado que fazemos da palavra *sonho*.
  - (B) descontente com as conotações indevidas atribuídas aos nossos *sonhos*.
  - (C) intrigado com um sentido exclusivo que se usa atribuir à palavra *sonho*.
  - (D) perturbado pela dificuldade de se definir o que seja exatamente um *sonho*.
  - (E) interessado em saber por que a palavra *sonho* é usada de forma tão contraditória.

---

2. No segundo parágrafo, o autor trata de uma relação
  - (A) espontânea entre a necessidade de sonhar e o efeito do consumo obsessivo a que levam os nossos sonhos mais expressivos.
  - (B) artificiosa, na qual os interesses do mercado se traduzem como atendimento às nossas mais íntimas aspirações pessoais.
  - (C) libertária entre aquilo que imaginamos ser os nossos desejos e os que efetivamente são atendidos por agentes econômicos.
  - (D) complexa, por meio da qual acreditamos ser nossos os sonhos que efetivamente só no realismo das finanças se revelam.
  - (E) conformista entre o que alimentamos como grandes sonhos e o imperativo de reduzi-los às dimensões da nossa realidade.

---

3. Deve-se entender que as expressões “I have a dream” (“eu tenho um sonho”), do discurso de Martin Luther King, e “sonho americano”, em seu sentido usual,
  - (A) convergem plenamente, como numa clara relação de causa e efeito.
  - (B) sustentam-se reciprocamente como aspirações vividas por um mesmo estrato social.
  - (C) nada dizem, efetivamente, dos interesses reais de quem a elas costuma recorrer.
  - (D) traduzem aspirações distintas e tensionadas em suas implicações históricas.
  - (E) divergem quanto aos meios de sustentar um sonho, mas não quanto à sua natureza.

---

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *tanto pode evocar o prazer quanto o medo* (1º parágrafo) = provoca uma satisfação, análoga a um receio.
  - (B) *força motriz de nossos comportamentos* (2º parágrafo) = enérgico diletantismo dos nossos hábitos.
  - (C) *têm como variável oculta* (2º parágrafo) = presumem como dissimulada razão.
  - (D) *é privilégio apenas dos detentores* (2º parágrafo) = constitui-se somente daquilo que os detém.
  - (E) *vicejou e progressivamente abriu espaço* (3º parágrafo) = fez germinar e gradualmente ampliou-se.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Ao se tratar dos sonhos não se avaliam sempre os traços da dimensão negativa dos sentimentos que neles podem se representar.
  - (B) Para os publicitários não convêm se valer dos sonhos confusos, mas daqueles que o mercado financeiro costumam explorar.
  - (C) Aonde poderá levar um sonhador ingênuo os veleiros maliciosamente plantados pela publicidade senão a um paraíso enganoso?
  - (D) Não poderia deixar de existir sonhos tão altos como os de Martin Luther King, em face dos desafios para quem se indispõem contra o racismo.
  - (E) Couberam aos escravos africanos e seus descendentes a tarefa gigantesca de trabalhar para construir uma nação que lhes negou direitos básicos.

**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### Introdução

O verdadeiro título desta coletânea de ensaios que ora lhes apresento deveria ser o seu subtítulo, ou seja, **Escritos ocasionais**. Apenas a justa preocupação do editor de que um título tão pomposamente modesto pudesse deixar de atrair a atenção do leitor, enquanto o do primeiro ensaio – “Construir o inimigo” – provocava alguns lances de curiosidade, fez com que a balança tendesse para a escolha final, que o leitor constata na capa.

O que é um escrito ocasional e quais são suas virtudes? Em geral, significa que o autor realmente não planejava abordar aquele determinado assunto e foi levado a ele pelo convite para uma série de discussões ou ensaios sobre um determinado tema. O tema estimula o autor, induzindo-o a refletir a respeito de uma coisa que, do contrário, não teria chamado sua atenção – e, muitas vezes, um tema recebido por imposição externa resulta mais fecundo que outro nascido de algum capricho interior.

Outra virtude do escrito ocasional é que não obriga à originalidade a qualquer custo, mas visa antes a diversão, tanto de quem fala quanto de quem ouve. Em suma, o escrito ocasional é um exercício rebuscado de retórica, como quando aquela heroína de uma peça teatral famosa impõe a seu amado desafios do tipo “fale-me do amor” – e esperava que ali se improvisasse algum tratado sobre a profundidade desse sentimento.

No rodapé de cada um dos textos que compõem este livro registro a data e a ocasião em que foi divulgado, apenas para sublinhar sua condição de ocasional. Naquele que intitulei “Absoluto e relativo”, por exemplo, lembro que falar do absoluto nos anos em que a polêmica sobre o relativismo estava explodindo foi uma experiência deveras interessante. Mas jamais tinha passado pela minha cabeça discorrer sobre tal assunto.

(Adaptado de: ECO, Umberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2021, p. 7)

6. Ao propor inicialmente **Escritos ocasionais** como título de seu livro, o escritor Umberto Eco
- (A) levava em conta o humor de uma falsa modéstia, que poderia atrair muitos leitores.
  - (B) rebatia a sugestão já dada por seu editor, por achá-la excessivamente ambiciosa.
  - (C) imaginava que tamanha originalidade poderia ser um atrativo para as vendas.
  - (D) pensava fazer jus ao espírito dos variados assuntos que estava disposto a abordar.
  - (E) contava com que os leitores pudessem ter clareza quanto aos temas a serem tratados.
7. Uma indicação sumária do que caracteriza um *escrito ocasional* é dada pelo seguinte segmento do texto:
- (A) *deixar de atrair a atenção do leitor*
  - (B) *polêmica sobre o relativismo*
  - (C) *nascido de algum capricho interior*
  - (D) *obriga à originalidade*
  - (E) *tema recebido por imposição externa*
8. O tema estimula o autor, induzindo-o a refletir a respeito de uma coisa que, do contrário, não teria chamado sua atenção. A frase acima conservará seu sentido e sua correção formal no caso de o elemento sublinhado ser substituído por
- (A) permitindo-lhe uma reflexão com respeito
  - (B) incitando-o a meditar a propósito
  - (C) propositando-lhe pensar acerca
  - (D) favorecendo-o uma reflexão em torno
  - (E) incentivando-lhe a ponderar em vista
9. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O título de livro no qual o editor não se agradou deveu-se ao seu caráter nada comercial.
  - (B) O autor apresentou ao editor um título com cujas virtudes estava plenamente convencido.
  - (C) Uma das virtudes de que pode prescindir um escrito ocasional é a total originalidade.
  - (D) Um título como “Absoluto e relativo” é desses aos quais pouca coisa se pode deduzir.
  - (E) Ele se dedicou a escritos em cujos procurou aplicar todo o seu talento de ensaísta.



10. Apenas a preocupação do editor de que esse título pudesse deixar de atrair a atenção do leitor, enquanto o do primeiro ensaio provocava curiosidade, fez com que a balança tendesse para a escolha final.

Na frase acima, a correlação entre os tempos verbais continuará adequada caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) poderia deixar – provocaria – terá feito a balança tender  
(B) possa ter deixado – provocasse – fará com que a balança tenda  
(C) poderá deixar – provocara – faria com que a balança tenderia  
(D) pudesse ter deixado – terá provocado – faz com que a balança tenda  
(E) pode deixar – teria provocado – terá feito com que a balança tendeu

**Atenção:** Para responder às questões de números 11 a 15, baseie-se no texto abaixo.

### Avaliar e avaliar-se

*Avaliar é atribuir algum valor a algo ou a alguém. Nesse sentido, nossa atenção recai em geral sobre o que ou quem está sendo avaliado. Um carro, um modo de vida, um governo, uma empresa, uma pessoa – imediatamente surge logo diante de nós o objeto de uma avaliação, na iminência ou no momento mesmo de ser qualificado. Mas pensa-se pouco no sujeito da avaliação: afinal, quem está avaliando? Não é uma pergunta que costuma se antepor a um processo de avaliação – e no entanto, esta depende, fundamentalmente, dos critérios já assumidos pelo avaliador.*

*De fato, avaliar supõe faixas de mensuração dos valores atribuídos, que podem ir do barato ao caro, do fácil ao difícil, do belo ao feio, do necessário ao supérfluo etc. etc. O valor pode estar num extremo ou outro, ou em algum ponto de uma tábua valorativa onde os traços são flutuantes e problemáticos. Mas essa tábua não age por si mesma, e volta-se à pergunta mais que necessária: quem elegeu, graduou e opera essa tábua?*

*Ainda quando estudantes do ensino médio, foi-nos oferecida por uma professora a oportunidade de nos avaliarmos a nós mesmos. A atribuição obrigatória da nota do trabalho de cada um a cada um estaria reservada. Olhamo-nos, intrigados. À primeira vista, parecia ser aquela uma oportunidade de ouro para todo mundo se dar a nota máxima... Mas, no momento seguinte, sentimos que estávamos sendo convocados para uma tarefa superior, e nada oportunista: a de cada um revelar para si mesmo que tipo de ética havia dentro de si, que valores lhe caberia defender como verdadeiros. A professora nos oferecia, assim, um espelho crítico diante do qual podíamos fazer alguma micagem ou reconhecer e enfrentar a verdade dos nossos limites. Foi uma lição preciosa, nada fácil, aliás, de se sustentar com a honestidade que ela reclama.*

(ALBUQUERQUE, Silvério. **Notas de escola**. Aguardando edição)

11. Ao se considerar um processo de avaliação, deve-se levar em conta, de acordo com o primeiro parágrafo do texto,
- (A) uma rigorosa caracterização inicial do objeto a ser submetido à análise do avaliador.  
(B) a identificação inicial do agente da avaliação e dos critérios que basearão seu trabalho.  
(C) o fato de que nada deve se antepor a esse processo, para não torná-lo vicioso.  
(D) a objetivação desse processo por meio de critérios alheios a quem deva conduzi-lo.  
(E) a flexibilização desse processo de acordo com os valores subjetivos de seu agente.
12. Ao contar uma experiência escolar e prestar seu depoimento sobre o que seja *avaliar a si mesmo*, o autor do texto, no terceiro parágrafo, considera que essa tarefa
- (A) acaba sendo pouco proveitosa, por conta dos interesses pessoais do avaliador no resultado a que deverá chegar.  
(B) contraria princípios fundamentais de um processo de avaliação, que não pode recair sobre quem o promova.  
(C) constitui um salutar desafio para os compromissos éticos pessoais que forçosamente estarão envolvidos nesse tipo de avaliação.  
(D) pressupõe um tal grau de maturação ética que acaba por tolher seu aproveitamento por jovens ainda em formação.  
(E) torna-se pedagogicamente necessária para que jovens estudantes se deem conta da inoperância de seus valores improvisados.
13. O autor se vale de um recurso de **linguagem figurada** na seguinte construção:
- (A) *pensa-se pouco no sujeito da avaliação* (1º parágrafo)  
(B) *avaliar supõe faixas de mensuração* (2º parágrafo)  
(C) *quando estudantes do ensino médio* (3º parágrafo)  
(D) *foi-nos oferecida por uma professora uma oportunidade* (3º parágrafo)  
(E) *nos oferecia, assim, um espelho crítico* (3º parágrafo)



14. *Foi uma lição preciosa, nada fácil, aliás, de se sustentar com a honestidade que ela reclama.*

O período acima permanecerá gramaticalmente correto caso se substitua o elemento sublinhado por

- (A) difícil, inclusive, de permanecer honesta sem que se reclame.
- (B) de cuja dificuldade, portanto, está em sustentar-lhe com a devida honestidade.
- (C) não sendo fácil, todavia, de lhe sustentar pelo reclamo da honestidade.
- (D) um tanto difícil, note-se, de se preservar com a honestidade que ela reivindica.
- (E) mesmo assim difícil, diga-se, pelo fato de lhe sustentar com sua total honestidade.

15. Há correta transposição da voz ativa para a passiva na seguinte passagem:

- (A) A professora nos oferecia um espelho = Um espelho era-nos oferecido pela professora.
- (B) A atenção recai sobre o que é avaliado = O que é avaliado recai sobre a atenção.
- (C) Avaliar supõe faixas de mensuração = Supõe-se faixas de mensuração ao avaliar.
- (D) Estávamos sendo convocados para uma tarefa = Uma tarefa nos estava convocando.
- (E) Precisávamos enfrentar nossa verdade = Era preciso que enfrentássemos nossa verdade.

#### Legislação Específica Aplicada ao Ministério Público da Paraíba

16. Nos termos previstos na Lei Complementar nº 97, de 22 de dezembro de 2010, o Ministério Público elaborará a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Na hipótese de uma proposta em desacordo com os limites estipulados, os ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual deverão ser feitos pelo

- (A) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (B) Poder Legislativo.
- (C) Poder Judiciário.
- (D) Poder Executivo.
- (E) Conselho Nacional de Justiça.

17. Consoante dispõe a Lei Complementar nº 97, de 22 de dezembro de 2010,

- (A) a remoção não é permitida para instância superior.
- (B) a remoção compulsória é ilegal.
- (C) a remoção voluntária não precederá à promoção.
- (D) o pedido de remoção por permuta deverá ser dirigido ao Procurador-Geral de Justiça.
- (E) é proibida a permuta quando um dos interessados for o mais antigo na entrância ou instância superior.

18. A Lei nº 10.432, de 20 de janeiro de 2015, determina que

- (A) a inspeção médica oficial pode ocorrer antes da posse ou antes da entrada em exercício.
- (B) a entrada em exercício ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- (C) são considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que servidor do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de disponibilidade remunerada, salvo se decorrente de punição.
- (D) o servidor apresentará, no ato da entrada em exercício, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- (E) é de quinze dias o prazo, improrrogável, para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício.

19. Considere as seguintes situações relativas a diferentes formas de provimento de cargo público:

- I. a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- II. a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Nos termos da Lei nº 10.432, de 20 de janeiro de 2015, as situações I e II referem-se, respectivamente, a

- (A) reintegração e readaptação.
- (B) reversão e aproveitamento.
- (C) reintegração e recondução.
- (D) recondução e readaptação.
- (E) reversão e recondução.

20. A Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nº 4/2013 prevê que uma notícia de fato pode indicar lesão ao bem jurídico tutelado manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior do Ministério Público. Nesse caso, essa notícia de fato será

- (A) sobrestada.
- (B) arquivada.
- (C) processada normalmente.
- (D) subsidiada.
- (E) complementada.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O surgimento de uma profissão é geralmente influenciada por fatores históricos e estruturais. Com o Serviço Social não foi diferente. Assim, embora o Serviço Social tenha assumido perfis diferenciados nos diferentes contextos socioculturais em que se instituiu e desenvolveu, no que diz respeito à sua fase de consolidação, dos anos de 1940 até o final dos anos de 1970, ele, à semelhança das políticas sociais, guiou-se por eixos orientadores, dentre eles,
- (A) a regulação laissez-faire em oposição à keynesiana.
  - (B) o esquema de seguridade social keynesiana e Beveridgeana.
  - (C) a concepção restrita da cidadania, corroborando com o pensamento liberal.
  - (D) o locus privilegiado de uma vertente teórica alternativa da profissão – Serviço Social Radical.
  - (E) o pragmatismo funcionalista e conservador.
- 
22. O conhecimento técnico-científico do Serviço Social se afigurou como possibilidade de seus profissionais possuírem bases mais seguras para a construção de uma “sociedade melhor”, mas também para
- (A) o alcance de uma situação que lhes propiciasse legitimidade e garantias legais.
  - (B) a definição de um padrão universal de formação e atuação profissional.
  - (C) a exclusividade da intervenção nas situações que se apresentassem na realidade social.
  - (D) o banimento da pobreza e da desigualdade social por meio desse conhecimento.
  - (E) o estabelecimento de normas e regras que lhes possibilitassem a ascensão de classe.
- 
23. No que tange à intervenção profissional do(a) assistente social, em sua trajetória e no cotidiano, considere:
- I. Na perspectiva marxista, a atuação profissional está condicionada profundamente pelas determinações econômicas, articuladas às determinações políticas, sociais e culturais.
  - II. O desenvolvimento da intervenção profissional tem como premissa a própria evolução das formas de bem-estar.
  - III. Os(As) assistentes sociais empregados nas políticas sociais podem processar as demandas e estabelecer certos critérios de acesso e de prazos, respaldados pela autonomia relativa da profissão.
  - IV. A relação profissional está inserida no contexto da produtividade, das exigências burocráticas, da exiguidade de recursos, das normas para reduzir custos e do corte de verbas no neoliberalismo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I e IV.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.
- 
24. O capitalismo reproduz as ideias e representações das relações sociais e as condições materiais em que se processa a produção. Essas representações, enquanto pressuposto último,
- (A) possibilitam a criação da assistência social especializada.
  - (B) criam somente mecanismos de reprodução da força de trabalho.
  - (C) tornam-se somente um meio de reproduzir o capital, de produzir mais-valia.
  - (D) estabelecem vínculos por meio de companheirismo entre as pessoas.
  - (E) encobrem o antagonismo entre as classes sociais.
- 
25. Alicerçado nas legislações do Serviço Social, no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e na Resolução nº 533/2008, a supervisão direta do estágio em Serviço Social
- (A) compete ao supervisor de campo e ao supervisor acadêmico, ambos assistentes sociais, em pleno gozo dos seus direitos profissionais e devidamente inscritos no CRESS de sua área de ação, a fiscalização dos campos de estágio.
  - (B) incide no planejamento das atividades inerentes ao estágio, na garantia do cronograma de supervisão sistemática, e também, na elaboração do plano de estágio.
  - (C) define o número de estagiários a serem supervisionados, levando em conta a carga horária dos supervisores de campo e acadêmico.
  - (D) deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição, por prestadores de serviço e voluntários, em conformidade às legislações.
  - (E) tem como responsável ético e técnico o supervisor de campo.



26. O estudo social, a perícia social, o laudo social, o relatório social e o parecer social compõem uma metodologia de trabalho de domínio específico do(a) assistente social. Considere os instrumentos e características a seguir:

Instrumentos	Características
1. Estudo Social	I. Utiliza-se no meio judiciário, é requisitado(a) por uma autoridade judiciária, sendo uma avaliação, exame ou vistoria.
2. Laudo Social	II. Posição técnica/opinião do(a) assistente social; conclui, indica e sugere alguma recomendação/encaminhamento/solução para a situação demandada.
3. Parecer Social	III. Apresentação/síntese descritiva e interpretativa do que foi verificado e analisado.
4. Perícia Social	IV. Averiguar alguma situação (familiar e/ou de indivíduos) ou expressão da questão social; o foco da análise recai nos aspectos sociais, econômicos e culturais.
5. Relatório Social	V. Utiliza-se no meio judiciário, é requisitado(a) por uma autoridade judiciária; materializa por escrito um outro instrumento. Deve fornecer suporte para que o magistrado avalie, escolha, decida.

Os instrumentos e respectivas características estão corretamente correlacionados em

- (A) 1-II - 2-I - 3-IV - 4-V - 5-III.
- (B) 1-I - 2-IV - 3-II - 4-III - 5-V.
- (C) 1-II - 2-III - 3-IV - 4-I - 5-V.
- (D) 1-IV - 2-III - 3-V - 4-I - 5-II.
- (E) 1-II - 2-III - 3-I - 4-V - 5-IV.
- 
27. Ao intervir em determinado caso ou expressão da questão social, o(a) assistente social utiliza-se de um instrumento técnico-operativo que comparece nos mais distintos campos de intervenção do Serviço Social. Esse instrumento deve ser constituído a partir de uma fundamentação rigorosa e ética, assentada no projeto ético-político da profissão. O horizonte de sua utilização deve ser a garantia e ampliação de direitos dos sujeitos usuários dos serviços sociais e dos sistemas de justiça. Esse processo metodológico identifica
- (A) relatório social.
- (B) visita domiciliar.
- (C) estudo social.
- (D) entrevista.
- (E) laudo social.
- 
28. O Serviço Social, como profissão,
- (A) tem sua marca no capitalismo financeiro e no conjunto de variáveis que lhe são inerentes: alienação, contradição e antagonismo.
- (B) nasce articulado com um projeto hegemônico do poder burguês.
- (C) surge determinado por condições históricas peculiares que o colocaram como importante estratégia do proletariado.
- (D) surge com uma identidade atribuída pelo proletariado, a quem deve servir.
- (E) tem como objetivo maior disseminar o ideário neoliberal.
- 
29. O Brasil viveu um período conhecido como ditadura civil-militar, entre meados dos anos de 1960 até meados dos anos de 1980. Alguns aspectos que caracterizaram a sociedade, a política, a economia e o Serviço Social brasileiros, nesse período, foram a
- (A) reafirmação do tradicionalismo e conservadorismo teórico na formação e intervenção profissional, estabelecendo a liderança dos profissionais brasileiros no contexto da América Latina.
- (B) modernização e o crescimento econômico, acompanhados de uma ampla política social de distribuição de renda e serviços.
- (C) renovação do Serviço Social, apresentando diferentes direções no embate com o tradicionalismo profissional, sendo uma delas, apoiada teoricamente no estrutural-funcionalismo.
- (D) urbanização restrita da população, alterando-se o perfil urbano até então preponderante e aumentando em proporções gigantescas a demanda por infraestrutura.
- (E) democratização da vida pública, implicando respeito à Constituição e à realização de eleições diretas para os poderes Legislativo e Executivo.



30. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. Considere:
- I. O direito à liberdade compreende o aspecto da criança e do adolescente buscar refúgio, auxílio e orientação.
  - II. O castigo físico é a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico.
  - III. As crianças e os adolescentes abandonados, vítimas de abusos ou maus tratos e supostos “delinquentes”, encontram-se em *situação irregular*, necessitando de medidas de proteção mais austeras e punitivas.
  - IV. O problema das crianças e dos adolescentes está na capacidade protetiva das famílias: o abandono moral, afetivo e material por parte dos responsáveis.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) IV, apenas.
  - (E) III e IV, apenas.
- 
31. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.
- Dessa forma, a situação dessa criança ou adolescente, deve ser reavaliada, no máximo, a cada
- (A) 3 meses.
  - (B) 6 meses.
  - (C) 12 meses.
  - (D) 18 meses.
  - (E) 24 meses.

32. No que tange à concepção de família, estabelecida no ECA, considere as designações e as características a seguir:

Designações de Família	Características
1. Ampliada	I. A unidade formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
2. Natural	II. A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
3. Substituta	III. Independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção.

A designação e a característica estão corretamente relacionados em

- (A) 1-III – 2-II – 3-I.
  - (B) 1-I – 2-II – 3-III.
  - (C) 1-II – 2-I – 3-III.
  - (D) 1-I – 2-III – 3-II.
  - (E) 1-III – 2-I – 3-II.
- 
33. No atendimento em um espaço sócio-ocupacional que trate da proteção de crianças e adolescentes, o(a) assistente social deve dominar os conhecimentos pertinentes ao ECA. Nesse sentido, o Art. 33, do ECA, afirma que a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor
- (A) o direito de opor-se a terceiros, menos aos pais.
  - (B) a condição de provedor para todos os fins e efeitos de direito, exceto para fins previdenciários.
  - (C) a regularização da posse de fato, inclusive, nos procedimentos de tutela e adoção por estrangeiros.
  - (D) o dever de liberar as visitas dos pais e irmãos.
  - (E) o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

34. No que se refere ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que

- (A) é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (B) se leve em conta a condição de trabalhador em processo de experiência.
- (C) deve ter capacitação adequada ao mercado de trabalho, sem privilégios etários.
- (D) é liberado o trabalho noturno a menores de dezoito anos.
- (E) é permitido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.





35. Frente ao processo de adoção, o(a) assistente social da Justiça da Infância e da Juventude deve ter total conhecimento da lei, posta no ECA. Nesse sentido, a lei diz que
- (A) os ascendentes e os irmãos do adotando podem proceder com a adoção.
  - (B) podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil.
  - (C) é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável para adoção conjunta.
  - (D) o adotante há de ser, pelo menos, 18 anos mais velho do que o adotando.
  - (E) a adoção será indeferida ao adotante, mesmo que após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento.
- 
36. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei nº 12.594/2012, é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, administrativo, pedagógico e financeiro que envolve, desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) deve organizar-se em três eixos. São eles:
- (A) diversidade; articulação na elaboração e execução do plano de atendimento; e protagonismo individual.
  - (B) diversidade étnico-racial; Família e comunidade; e segurança.
  - (C) acolhida; articulação na elaboração e execução do plano de atendimento; e atividades de acompanhamento/avaliação.
  - (D) diversidade étnico-racial; acolhida; e atividades de acompanhamento/avaliação.
  - (E) articulação na elaboração e execução do plano de atendimento; Família e comunidade; e segurança.
- 
37. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de ações não governamentais. Nesse sentido, uma das linhas de ação da política de atendimento é a
- (A) municipalização do atendimento.
  - (B) manutenção de fundos de recursos.
  - (C) criação de conselhos municipais.
  - (D) política social básica.
  - (E) mobilização da opinião pública.
- 
38. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Em cada Município haverá, no mínimo,
- (A) um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - (B) dois Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de seis membros, escolhidos pela população local para mandato de dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - (C) cinco Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de três membros, escolhidos pela população local para mandato de dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - (D) um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de dois anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
  - (E) dois Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- 
39. Com referência às competências do Ministério Público frente às crianças e aos adolescentes, considere:
- I. Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
  - II. Promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a remissão de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes.
  - III. Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.
  - IV. Instaurar procedimentos administrativos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) I, II e III, apenas.
  - (C) II, III e IV, apenas.
  - (D) I, III e IV, apenas.
  - (E) II e IV, apenas.



40. Segundo dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, via “Disque 100, de 2011 ao primeiro semestre de 2019, foram registradas mais de 200 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes”. Considerando o fato de que pesquisas afirmam que apenas 10% dos casos são notificados às autoridades, somos impactados com a impressionante cifra de mais de 2 milhões de casos neste período em nosso país. Nesse sentido, pode-se afirmar que
- (A) a prevenção é o único meio de proteção de crianças e adolescentes contra as violências.
  - (B) a violência impacta tanto positiva quanto negativamente na saúde física, psicológica e emocional e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.
  - (C) a violência contra crianças e adolescentes possibilita o desenvolvimento social e econômico das comunidades, ao gerar serviços médicos, psicossociais e educação.
  - (D) é importante reconhecer a multidimensionalidade e a multifatoriedade das situações de vulnerabilidade e violência, compreendendo como os fatores pessoais influenciam essas situações.
  - (E) na família, a violência contra crianças e adolescentes está muitas vezes associada à violência doméstica ou intrafamiliar e acaba por perpetuar, no núcleo familiar, ciclos de violência que ultrapassam gerações e afetam todos os membros da família.
- 
41. Na prática do(a) assistente social, a sistematização é uma forma de identificar tanto as demandas institucionais públicas e privadas quanto as demandas dos usuários. Essa prática é reconhecida como dimensão
- (A) Investigativa, pois apresenta estratégias de enfrentamento às expressões da questão social.
  - (B) Educativa, pois responde às expressões da questão social com ações de educação disciplinadora.
  - (C) Ética, pois questiona os pressupostos moralizantes presentes nas demandas institucionais e dos usuários.
  - (D) Teórica, pois desvela os elementos teóricos ocultos nas expressões da questão social.
  - (E) Metodológica, pois se faz necessário refletir sobre as implicações do sistema capitalista na atualidade.
- 
42. A atuação do(a) assistente social ocorre em diversos espaços sócio-ocupacionais na esfera pública e na esfera privada. Essa prática também pode ser desenvolvida em processos de assessoria, consultoria e supervisão técnica. O processo de assessoramento envolve
- (A) um especialista para intervenção na área em estudo.
  - (B) a interpretação técnica na expressão da questão social apresentada.
  - (C) a proposição de estratégias desenvolvidas por especialista da área.
  - (D) a opinião especializada sobre um problema genérico.
  - (E) o encaminhamento das demandas desveladas pelo projeto de intervenção.
- 
43. As respostas dos(as) assistentes sociais às expressões da questão social apresentam-se por meio de sua instrumentalidade. Nesse sentido, os instrumentos são considerados como uma estratégia profissional de ação para a realização da ação, e a técnica é:
- (A) uma atribuição privativa do(a) assistente social.
  - (B) uma habilidade no uso do instrumento.
  - (C) uma metodologia de trabalho com famílias.
  - (D) um protocolo de ação do(a) profissional.
  - (E) um conjunto de regras a serem seguidas.
- 
44. Na área sociojurídica, o(a) assistente social atua como um profissional com conhecimento especializado em Serviço Social e seu conhecimento é expresso em documentos, tais como relatórios, laudos e pareceres. Na ocasião da decisão, o magistrado recorre a tais documentos que fazem parte
- (A) da instrução nominal.
  - (B) do inquérito civil.
  - (C) das juntas do processo.
  - (D) da instrução social.
  - (E) da documentação inicial.
- 
45. A legislação brasileira garante direitos a mulheres, negros, pessoas com doenças crônicas infecciosas, entre outros grupos vulneráveis. Entre os direitos das pessoas que vivem com HIV, incluem-se a isenção do Imposto de Renda e ainda o ressarcimento de valores retroativos a
- (A) 10 anos, a partir da comprovação da infecção.
  - (B) 3 anos, a partir da declaração da infecção.
  - (C) 5 anos, a partir do início do tratamento da infecção.
  - (D) 5 anos, a partir da comprovação da infecção.
  - (E) 1 ano, a partir do início do tratamento da infecção.
- 
46. No Brasil, a percepção de raça/cor é autodeclarável. Essa informação é importante, pois alguns segmentos populacionais possuem doenças genéticas ou hereditárias e os dados gerados favorecem a implantação de políticas públicas que respeitem os diferentes segmentos populacionais atendendo ao princípio da equidade do SUS. Entre as doenças mais comuns da população negra inclui-se
- (A) a *Diabetes Mellitus* (tipo I I).
  - (B) a Tuberculose.
  - (C) a Deficiência de vitamina A.
  - (D) o Glaucoma.
  - (E) a Hipotensão arterial.



47. A Constituição Federal de 1988 garante o respeito às organizações socioculturais dos povos indígenas e ainda define como competência privativa da União legislar sobre a questão indígena. Nesse sentido, o modelo adotado que organiza os serviços a partir do espaço etno-cultural, geográfico, populacional e administrativo é definido como
- (A) Distrito sanitário.
  - (B) Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas.
  - (C) Território de Saúde Indígena.
  - (D) Secretaria Especial de Saúde Indígena.
  - (E) Casa de Saúde Indígena.
- 
48. Entre os direitos assegurados à população LGBTQIAP+ está a compreensão de que casais homoafetivos que têm *convivência duradoura, pública e contínua* podem oficializar sua união nos mesmos moldes legais que os casais heterossexuais. No que tange à temática dos direitos de casais homoafetivos, a primeira conquista foi a legalização referente
- (A) ao casamento homoafetivo.
  - (B) à redesignação sexual.
  - (C) à criminalização da homofobia.
  - (D) à permissão para adoção de crianças por casais homoafetivos.
  - (E) à união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- 
49. Na Constituição Federal de 1988 estão afiançados os direitos à assistência social, à saúde e à previdência social, sendo os dois primeiros não contributivos e o último contributivo. Entre os princípios e diretrizes da Seguridade Social estão seu caráter democrático e a descentralização da gestão administrativa, que deve contar com
- (A) a participação dos trabalhadores, empresários e aposentados.
  - (B) a presença da sociedade civil nos processos decisórios.
  - (C) a obrigatoriedade da criação de núcleos de trabalho.
  - (D) o desenvolvimento de ações educativas de prevenção de acidentes.
  - (E) a definição de Conselho Gestor da Seguridade Social.
- 
50. A Lei nº 8.080/1990 afirma que cabe ao Estado assegurar as condições para que o ser humano desfrute o direito à saúde. Todavia,
- (A) há um recorte socioeconômico que responsabiliza o Estado como provedor da proteção social em saúde.
  - (B) a partir dos 21 anos de idade, não há obrigatoriedade das responsabilidades do Estado quanto a prover saúde.
  - (C) não está excluído o dever das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
  - (D) para idosos 65+, é facultativa a solicitação de Benefício de Prestação Continuada (BPC) em situações de agravos em saúde.
  - (E) apenas as famílias com trabalhadores registrados no regime da Consolidação das Leis do Trabalho podem acessar a saúde pública.
- 
51. A Previdência Social brasileira visa afiançar aos seus segurados condições para manutenção em razão de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, entre outras situações. Legalmente está prevista uma “proteção a mais” ao trabalhador na aposentadoria. Trata-se do Regime de Previdência Complementar, conhecido também como Regime
- (A) Geral de Previdência Social.
  - (B) Próprio de Previdência Social.
  - (C) de Contribuição Voluntária.
  - (D) Compartilhado de Aposentadoria.
  - (E) de Capitalização.
- 
52. A Assistência Social visa garantir a proteção social de indivíduos, famílias e comunidade no enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social. Ela se faz presente por meio dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. Cronologicamente, seu reconhecimento, sua lei, sua política e seu sistema foram instituídos, respectivamente, em
- (A) 1988, 1994, 1997, 1998.
  - (B) 1993, 1994, 2004, 2011.
  - (C) 1988, 1993, 2004, 2005.
  - (D) 2004, 2005, 2011, 2012.
  - (E) 2005, 2006, 2011, 2016.
- 
53. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) reconhece a necessidade da presença de diferentes categorias profissionais de nível superior no atendimento dos indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social nos serviços socioassistenciais. De acordo com a NOB-SUAS/RH, são profissionais que preferencialmente compõem a gestão do SUAS,
- (A) Psicólogo, fisioterapeuta e gerontologista.
  - (B) Assistente social, economista e contador.
  - (C) Sociólogo, historiador e antropólogo.
  - (D) Administrador, assistente social e fisioterapeuta.
  - (E) Terapeuta ocupacional, educador físico e advogado.



54. Entre as orientações metodológicas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes está o estudo diagnóstico prévio que subsidia as decisões técnicas sobre o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar. A elaboração deste documento deve ser supervisionada e articulada APENAS
- (A) pelo Conselho Tutelar e pela Justiça da Infância e da Juventude.
  - (B) pela Justiça da Infância e da Juventude.
  - (C) pela Equipe de referência da assistência social.
  - (D) pela Equipe de referência da assistência social e Conselho Tutelar.
  - (E) pelo Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e equipe de referência da assistência social.
- 
55. A Lei nº 13.010/2014 define que a criança e o adolescente têm direito de serem cuidados e educados sem a presença de castigos físicos ou de tratamento cruel com vistas a discipliná-los. Para esta lei, tratamento cruel e degradante é aquele que
- (A) causa sofrimento físico e lesão corporal.
  - (B) promove correções verbais.
  - (C) causa danos físicos permanentes.
  - (D) promove humilhação e ridiculariza.
  - (E) desresponsabiliza o agente público por omissão.
- 
56. A prática do ato libidinoso sem a anuência de alguém com o objetivo de satisfazer-se é considerado crime e passível de reclusão de 1 a 5 anos. A pena é acrescida de 1/3 a 2/3 quando o crime é praticado *para controlar o comportamento social ou sexual da vítima*. Esse tipo de agressão é denominado
- (A) estupro corretivo.
  - (B) agravo sexual.
  - (C) estupro coletivo.
  - (D) assédio sexual.
  - (E) *stalker*.
- 
57. A escuta especializada é um procedimento realizado com crianças e adolescentes que sofreram situação de violência. O relato deve se limitar *estritamente ao necessário* com vista a cumprir uma finalidade. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais, essa prática
- (A) não é reconhecida como atribuições do(a) assistente social, pois se trata de uma atribuição privativa do psicólogo.
  - (B) é reconhecida como atribuição do(a) assistente social.
  - (C) não é reconhecida como atribuição do(a) assistente social.
  - (D) é reconhecida como atribuição do(a) assistente social, desde que seja realizada dentro do serviço de proteção social.
  - (E) é reconhecida como atribuição do(a) assistente social, desde que seja realizada em um espaço sociojurídico.
- 
58. A violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente se caracteriza por qualquer ação ou omissão que leve a morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial. Conforme estabelece a lei, o prazo determinado para o juiz *conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência* é de
- (A) 12 horas.
  - (B) 36 horas.
  - (C) 6 horas.
  - (D) 48 horas.
  - (E) 24 horas.
- 
59. O sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência é composto por órgãos, programas, serviços e equipamentos. Entre seus princípios está:
- (A) É reconhecido que a criança e o adolescente têm um desenvolvimento homogêneo, sem diferenças "peculiares".
  - (B) A criança e o adolescente têm preferência no atendimento público nos casos de violência sexual.
  - (C) Em qualquer idade a criança e o adolescente têm o direito de exprimir suas opiniões livremente.
  - (D) O direito da criança e do adolescente de serem consultados sobre sua escolha para serem atendidos por profissional do mesmo sexo.
  - (E) Levantar as ocorrências das expressões de violência que incidem sobre a criança e o adolescente no Brasil.
- 
60. De acordo com o Estatuto da Juventude, jovens são aquelas pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Na ocorrência de aplicação do ECA, caso não haja conflito com normas de proteção integral do adolescente, este dispositivo legal será aplicado para adolescente entre a idade de
- (A) 13 e 18 anos.
  - (B) 15 e 18 anos.
  - (C) 15 e 21 anos.
  - (D) 11 e 21 anos.
  - (E) 12 e 17 anos e 11 meses.